



Foto: □ Janderson Nobre

### **Garimpeiros presos ao chegarem à sede da Polícia Federal, onde foram autuados**

Até as 20h de ontem, 34 garimpeiros encontrados em Palimiú, região Yanomami, haviam sido autuados pela Polícia Federal acusados de vários crimes. O número deve aumentar, pois nem todos foram trazidos para Boa Vista. A prisão foi desencadeada pela Operação Curaretina I, que iniciou na madrugada sexta-feira, 22, pelo Exército Brasileiro, Polícia Federal (PF), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério Público Federal (MPF).

Os presos começaram a ser transferidos para Boa Vista ainda na sexta-feira. Após prestarem depoimentos na sede da Superintendência da PF, eles foram encaminhados para a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Todos os garimpeiros foram autuados por formação de quadrilha armada, garimpo ilegal e usurpação de matéria-prima da União. Outros foram enquadrados ainda nos crimes de tráfico de drogas, porte e posse de armas e munições e de atividade nociva à saúde pelo uso do mercúrio, que contamina os rios.

A Operação Curaretina I, que ocorre nas imediações do rio Uraricoera com o objetivo de coibir o garimpo fluvial em áreas indígenas, foi desencadeada a pedido do MPF, que solicitou a destruição das balsas localizadas na calha do rio Uraricoera. Mais de 70 agentes foram envolvidos no trabalho. Do Exército, foi disponibilizado um pelotão de fuzileiros com 36 homens. A ação e o balanço completo só serão divulgados após o encerramento, segundo informou o Exército.

Conforme o coordenador regional da Funai, André Vasconcelos, as equipes se concentram nas regiões do Uraricoera, Palimiú e Waikae. Segundo ele, quinze balsas foram afundadas. Além disso, foram apreendidas armas, motores, barcos de nove metros, motosserra, combustível, ouro e um equipamento detector de metal de alta precisão, utilizado para identificar onde tem minério. Os equipamentos estariam avaliados em pelo menos R\$ 150 mil.

O Ministério Público Federal informou que vem atuando para coibir o garimpo ilegal de todas as formas. O órgão disse que vem articulando com outras instituições para buscar impedir essa prática. Desde o final do ano passado, o MPF vem coordenando reuniões com o intuito de articular uma operação que pudesse atingir a via fluvial para a área de garimpo.

Durante a investigação foi constatado que havia a necessidade de coibir o garimpo pela via fluvial, uma vez que não foi atingido pela Operação Xawara, realizada em 2012. Outro objetivo da operação é possibilitar a construção de uma base de proteção etno ambiental e evitar que o garimpo continue nesses lugares, além de disponibilizar de forma permanente, a atuação de policiais federais e integrantes da Funai.

De acordo com o procurador da República Fernando Machiavelli Pacheco, depois da Operação Xawara, que desarticulou em 2012 uma quadrilha formada por aviadores e empresários ligados ao ramo de joalheria, o garimpo pela via fluvial ficou fortalecido, uma vez que não foi atingido pela operação Xawara.

“O Ministério Público Federal tem articulado com outros órgãos para coibir o garimpo ilegal. Nós convocamos a Funai, Exército, Polícia Federal e Ibama para que, de forma conjunta, realizássemos a operação. Desta forma, estamos buscando medidas mais eficientes de permanência de policiais federais e servidores da Fundação Nacional do Índio para que haja o controle efetivo para coibir essa prática”, disse. Esta foi a primeira vez que garimpeiros foram levados para a penitenciária.

Fonte: OZIELI FERREIRA